

04/06/2018 - 05:00

Cerco a doleiros aperta e freia mercado paralelo de moeda

Por **Maria Luíza Filgueiras e André Guilherme Vieira**

O procurador Stanley Valeriano, do Rio: "atingimos uma boa parte do sistema paralelo em um ano eleitoral"

Comum nas décadas de 80 e 90 como o câmbio que viabilizava as viagens da classe média ao exterior e que servia como proteção de patrimônio, o dólar paralelo é hoje exclusividade de transações de corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico internacional. Com raras exceções, como idosos e comunidades de imigrantes que ainda recorrem, por hábito, a esse tipo de operação, os reguladores e agentes de câmbio afirmam que mapear o fluxo de câmbio paralelo é necessariamente desvendar um crime.

Com uma operação deflagrada no início de maio, a Polícia Federal conseguiu desarmar boa parte da rede de doleiros ainda existente no país - um grupo de 45 operadores que movimentou, no mínimo, US\$ 1,6 bilhão. Um mês depois, a polícia e operadores de câmbio ouvidos pelo **Valor** consideram que a ação desestabilizou (ainda que temporariamente) a rede paralela. No Centro do Rio de Janeiro e na zona sul de São Paulo, os mais conhecidos doleiros de varejo, como "o chinês da Paulista" ou "o alemão do Saara", não abrem as portas há quase um mês. As grandes operações no exterior, para o Ministério Público, também estão em compasso de espera.

"Tiramos de circulação boa parte dos doleiros e imobilizamos os ativos. Isso gera um alerta para os que não foram pegos ainda", diz o procurador da República Stanley Valeriano, integrante da força-tarefa da Lava-Jato no Rio. "Acreditamos que o volume desses doleiros, que trabalhavam para grandes operadores financeiros de partidos e de políticos, seja dez vezes ou mais o valor que já mapeamos. Em ano eleitoral esses valores seguramente aumentam."

Justamente por ser ano de eleições e por ter desatado, no momento, a rede de lavagem de dinheiro, a PF e o MPF vão usar os doleiros presos para tentar se antecipar aos próximos esquemas. Ao menos dois doleiros fecharam um acordo em que darão aula para os procuradores sobre lavagem de dinheiro. "O crime tem uma criatividade infindável, por isso precisamos aperfeiçoar o sistema oficial e ser capazes de agir de forma rápida", diz o procurador.

O que já ficou claro para os reguladores nos últimos anos é que o esquema do doleiro se sofisticou. Segundo delegados que investigam crimes financeiros e lavagem de dinheiro em São Paulo desde a década de 1980, o típico doleiro era quem disponibilizava moeda estrangeira em espécie no Brasil ou em conta bancária no exterior. Hoje, o termo mais apropriado é operador financeiro, que usa a estrutura no Brasil e no exterior para operações que vão além da disponibilização de dinheiro em papel. Usando empresas de fachada, nomes de terceiros e até bancos próprios em paraísos fiscais, os operadores têm optado cada vez mais por usar sistemas oficiais para operações aparentemente legais.

O mais comum hoje entre os operadores financeiros são contratos de importação fictícios, para mandar dinheiro oficialmente para o exterior. O dinheiro é remetido via contrato de câmbio, devidamente registrado no sistema financeiro - mas a mercadoria não entra no país. A conta da mesma empresa pode servir de conta bancária de passagem, registrada em nome do

doleiro, para evitar rastreamento de transferências bancárias e facilitar a transferência de bens entre uma empresa pagando propina à pessoa indicada. Essas contas recebiam valores em dólares dos "vendedores" e transferiam aos clientes "compradores" o dinheiro, quando recebiam a quantia equivalente em reais no Brasil.

"O grande diferencial talvez seja que lá atrás a gente via as pessoas remetendo para fora um lucro obtido com a corrupção, casos de evasão de divisas. Na operação recente, conseguimos casar o dinheiro vivo chegando também, em que empresas como Andrade Gutierrez e Odebrecht tinham dinheiro em espécie gerado por doleiros para pagar propinas a políticos", explica Valeriano.

No varejo, a manobra com câmbio também ocorre, em menor escala, disfarçada de legalidade. Corretoras e reguladores estrangeiros e brasileiros identificaram, nos últimos cinco anos, um esquema de lavagem de dinheiro por meio de remessas legais, onde quem envia e quem recebe a remessa não faz ideia de que foi parte de um esquema.

O brasileiro que mora nos Estados Unidos deposita dólares para enviar a um parente no Brasil e a agência, ao invés de fazer uma transferência desse dinheiro para o banco no Brasil, avisa quem quer lavar o dinheiro aqui para fazer um depósito em reais. O destinatário recebeu o dinheiro e não desconfia de nada, e os dólares recebidos são depositados em contas "offshore" ou entregues em espécie quando o executivo estiver no exterior. É uma forma de tirar dinheiro do país e trocar a moeda, sem ter que efetivamente movimentar o capital em espécie entre países.

Segundo Hugo Cuevas Mohr, diretor da Mohr World Consulting e da IMTC, um grupo de estudos e congressos internacionais sobre transferências financeiras entre países, uma parcela de 20% das remessas internacionais para o Brasil são ilegais, cerca de US\$ 1,4 bilhão por ano somente dessa forma. "Melhorou muito nos Estados Unidos, mas ainda tem remessas da Europa e Ásia dessa forma", diz.

De acordo com Fernando Fayzano, dono da Pontual Money Transfer, que tem uma rede de agências de remessa na Califórnia e ajudou o governo do Estado a implementar novas políticas de fiscalização, o ganho legal por dólar é de um centavo - no paralelo, os doleiros conseguem ganhar até 20 centavos por dólar. "Quando o câmbio é muito diferente, é sinal de alerta", diz Fayzano. O volume de remessas com esse tipo de ilegalidade, na estimativa desses agentes, caiu pela metade nos últimos cinco anos.

No passado, a dificuldade de acesso, a volatilidade da moeda brasileira e a insegurança econômica e política explicavam a naturalidade desse mercado. Em um artigo publicado em 1999, o economista Gustavo Franco dizia que o dólar oficial e o paralelo coexistiam como duas metades da mesma moeda, "caixa um e caixa dois, a mulher e a amante". Isso porque a divisa era escassa e considerada estratégica, com acesso reservado ao que era para o interesse nacional - dificultando que famílias, pessoas físicas e empresas pequenas tivessem acesso à compra.

"O dólar oficial, de tão reprimido e irreal, tornava o paralelo uma parte obrigatória da paisagem, como um bordel das conservadoras cidades do interior, ou como o então considerado inofensivo jogo do bicho", escreveu Franco. É o que ainda se vê, atualmente, em países como Argentina e Venezuela.

Um estudo da organização não governamental Global Financial Integrity coloca o Brasil entre os dez maiores exportadores de capital ilícito do mundo. Segundo o GFI, o fluxo financeiro ilegal de saída do país é de quase US\$ 30 bilhões anuais em média, conforme o último estudo, feito em 2017 e referente a 2014. O GFI está atualizando os dados e vai divulgar, até junho, a informações do ano seguinte - a sinalização é que esse volume ficou estável no período.

"A diferença entre a taxa de câmbio negro e a oficial cria um incentivo para o fluxo financeiro ilegal. Em qualquer economia, isso significa tirar recursos produtivos do país", diz Matthew Salomon, economista sênior do GFI. Um outro dado da Receita Federal também dá a dimensão bilionária do dinheiro que corre em um mercado não oficial. Nas declarações de imposto de renda, a soma em espécie é de R\$ 220 bilhões, mas, segundo o Banco Central, o volume em circulação é de R\$ 232 bilhões.